

Editorial

*¿Qué faceta humana nos destruye?
El conformismo, la aceptación de la realidad
como un destino y no como un desafío
que nos invita al cambio, a resistir, a rebelarnos,
a imaginar en lugar de vivir el futuro
como una penitencia inevitable.
Eduardo Galeano (2012)*

Eduardo Galeano é muito cirúrgico em suas colocações. Atento à realidade na qual ele está circunscrito, o autor uruguaio é muito crítico no que diz respeito às diversas (in)diretas incursões estrangeiras na América Latina, as quais marcaram a trajetória do continente. Entretanto, afirma que tais realidades não poderiam conduzir a outro caminho senão o da mudança.

Nesse espírito, permitir que outros aportes sejam (re)conhecidos para além daqueles oriundos de uma tradição liberal (e) europeia mostra-se essencial para contestar a realidade largamente marcada por imposições e fechamentos epistemológicos e imaginar o futuro de outra forma que não aquela traçada pelo legado europeu, a qual permeia em grande parte das relações jurídicas e sociais da atualidade.

Nesse sentido, na busca por “outro ponto de vista que não aquele ao qual [se] est[á] acostumados a olhar” (BRAGATO, 2009, p. 18-23), fomentar o rompimento para com as ferramentas indicadas pelo direito tradicional mostra-se essencial, haja vista que estas muitas vezes não oferecem o caminho mais adequado para solucionar as dificuldades trazidas pela (pós-) modernidade à determinadas localidades, especialmente àquelas situadas no Sul Global (SQUEFF; GOMES, 2017).

Portanto, o primeiro passo seria “identifica[r] e suspende[r] os pré-juízos na busca da compreensão” dos problemas hodiernos (BRAGATO, 2009, p. 18-23). Já o segundo passo seria permitir a busca por outras fontes, particularmente aquelas que revelem as experiências latino-americanas, africanas e asiáticas, logo, enaltecendo diferentes paradigmas epistemológicos que condizem com a realidade vivida.

Isso não significa, porém, que se deva rechaçar o conhecimento tradicional; pelo contrário, busca-se ouvir e dar eco outras contribuições que por muito tempo foram (re)negadas e subjugadas, trazendo-as para a epistemologia do conhecimento jurídico-social. No caso, o rompimento que deve proceder-se é apenas com a dominação da tradição eurocêntrica (MIGNOLO, 2008, p. 250), evitando-se, assim, a realização da mesma conduta excludente por estes consumada ao largo de seis séculos, desde a modernidade.

E com o fito de oferecer contribuições teóricas originais e aprofundadas que permitam (re)pensar certos aspectos do Direito e das Garantias Fundamentais para além das visões monolíticas e monológicas comumente encontradas neste campo do conhecimento é que lança-se a nova edição da Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia. Assim, o volume 47, número 2, do periódico conta com 14 artigos, dos quais quatro são assinados por autores vinculados à instituições estrangeiras e dez são assinados por autores vinculados à instituições de sete estados da federação (GO, MG, MT, PR, RJ, RS e SP), duas resenhas e dois comentários de jurisprudência – seção esta que se inaugura a fim de fomentar o olhar crítico sob as decisões dos tribunais domésticos e internacionais.

Na seção de doutrina estrangeira, o primeiro texto, intitulado ‘*Narrative Exposure Therapy for the integration of migrants with PTSD in the light of MIPEX integration project in Europe*’, da Mestra Aqsa Khalid (Baskent University Ankara), traz importantes apontamentos sobre o estresse pós-traumático e o seu impacto na integração de migrantes nas

idades de destino. Já o segundo texto, intitulado *‘Juan Hipólito Yrigoyen y Alem (1850–1933): “Krausism” and international understanding’*, do Doutor Andreas Timmermann (University of Hamburg), ressalta a influência do Krausismo na Política Externa Argentina no Pós-Primeira Guerra, difundindo o Pan Americanismo.

O terceiro texto da seção de doutrina estrangeira, intitulado *‘Challenges to modern methods of dispute resolution with respect to outer space activities’*, de autoria do Mestre Evgeny Minchev (Georgetown University), salienta as possíveis formas de solução de litígios comerciais sobre atividades espaciais no plano internacional. Por fim, o quarto texto, intitulado *‘West-African Modes of Mobilisations Confronting EU Mobility Regimes’*, de autoria da mestrandia Julia M. Söhnholz (University of Oldenburg), explora os modos de mobilização da África Ocidental para confrontar os regimes europeus de mobilidade humana.

Na seção de doutrina convidada, o primeiro texto, intitulado *‘A proteção diplomática no direito internacional contemporâneo: qual o papel da nacionalidade?’*, do Prof. Dr. Lucas Carlos Lima, da UFMG, debate a aplicação do instituto da proteção diplomática para refugiados e apátridas que se encontrem no mar. Já o segundo artigo, intitulado *‘A consolidação da cooperação no cenário internacional: aportes teóricos e principiológicos para uma nova ordem global’*, da Profa. Dra. Priscila Caneparo dos Anjos, da UFPR e UNICURITIBA, pondera acerca da necessária cooperação internacional no mundo hodierno, ressaltando as bases principiológicas que deveriam guiar as relações inter-estatais na pós-modernidade.

Na seção de artigos, o primeiro texto, intitulado *‘A aplicação do princípio da insignificância em matéria socioeducativa: um estudo crítico e comparativo entre o paradigma jurisprudencial brasileiro e a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso’*, de autoria da Profa. Pós-Doutora Vlândia Maria de Moura Soares Piloni, da UFMT, e do mestrando em Direito pela UFMT, Vinícius de Moraes Franco, discute a aplicação do princípio da

insignificância à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, especialmente sob o enfoque da natureza da medida socioeducativa e do melhor interesse do adolescente.

Ato contínuo, o segundo texto, intitulado *‘Três cenários para a relação entre trabalho e gênero frente à Quarta Revolução Industrial’*, assinado pela Mestra Thatiana Mara Dorigati pela FDSM/MG e pelo Prof. Dr. Cícero Krupp Luz, da FDSM/MG e da FECAP/SP, busca debater as formas que poderiam contribuir para a emancipação da mulher e a redução das desigualdades durante o processo da quarta revolução industrial. Já o terceiro texto, intitulado *‘Novas tecnologias e (in)segurança urbana: do enclave fortificado ao panóptico digital’*, de autoria do Prof. Dr. Luciano Vaz Ferreira, da FURG/RS, e da Mestra Carla Froener Ferreira, da Universidade La Salle/RS, investiga as consequências da implementação das novas tecnologias no contexto urbano contemporâneo, particularmente abordando as interações entre Direito, insegurança, medo, segregação e consumo nas cidades brasileiras.

Por sua vez, o quarto texto, intitulado *‘Judicialização de políticas públicas e a concretização de Direitos Fundamentais: a questão da separação de poderes’*, escrito pelo doutorando em Agronegócio pela UFG/GO, Thiago Henrique Costa Silva, Prof. da UNIALFA/GO, pela doutoranda em Agronegócio em Direito pela UFG/GO, Luciana Ramos Jordão, também Prof. da UNIALFA/GO e pela Bacharel em Direito pela UNIALFA/GO, Josiane Carvalho, analisa a judicialização das políticas públicas envolvendo direitos fundamentais, como educação e saúde, considerando o controle feito pelo judiciário à luz da reserva do possível.

O quinto texto, intitulado *‘Migrações Internacionais no Brasil: agendas, política externa e legislação migratória em tempos de rupturas e continuidades’*, de autoria do Prof. Dr. Roberto Rodolfo Georg Uebel, da ESPM/POA e da UNIFIN/RS, debate as modificações ocorridas no Brasil no que pertence a sua política migratória, observados os contextos interno e

internacional. Ao seu turno, o sexto texto, intitulado *‘Representação, democracia e candidatura avulsa no Brasil: uma breve análise sobre a repercussão geral e o Supremo Tribunal Federal no Agravo do Recurso Extraordinário de n. 1.054.490/RJ’*, assinado pelo mestrando em Direito pela UFF/RJ, Caio Grande Guerra, e pelo Prof. Dr. Eduardo Manuel Val, da UFF/RJ explora a possibilidade de candidaturas avulsas no Brasil à luz da jurisprudência da mais alta Corte do país.

O sétimo texto, intitulado *‘A baixa representatividade feminina na política: obstáculo a ser vencido na democracia brasileira’*, escrito pela Dra. Cláudia Mansani Queda de Toledo, da Instituição Toledo de Ensino/SP, e pelo mestrando Neymilson Carlos Jardim, da FDSM/MG, aborda tema de fundamental importância na atualidade que é a baixa representação da mulher na política brasileira. Por fim, o oitavo texto, intitulado *‘A DRU e o teto de gastos: limitações das ferramentas de austeridade aplicadas na crise brasileira’*, de autoria da doutoranda em Direito pela USP, Maria Angélica Albuquerque Moura de Oliveira, e pelos mestrandos em Direito pela USP, João Otávio Bacchi Gutiniek e Rafael de Souza Mendonça, debatem a desvinculação das receitas da União, de modo a oferecer uma alternativa para a realidade social brasileira, tão díspar, atenuando o ônus a ser repassado pelo novo regime fiscal às camadas mais vulneráveis da população.

Já na seção de resenhas, duas obras são destacadas pela sua contribuição à academia e aos debates acerca da sociedade contemporânea: *‘Autonomia Privada Coletiva como Instrumento de Violação dos Direitos Fundamentais Sociais dos Trabalhadores’*, da Mestra em Direito pela UFU/MG, Graziela Colombari, realizada pelo Prof. Dr. Rodrigo Wasem Galia (UFSM/RS); e *‘Justiça Socioambiental e Direitos humanos: uma análise a partir dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais’*, de Eliane Cristina Pinto Moreira, realizada pela mestranda em Direito Fernanda Rezende Martins (UFU/MG).

Ao cabo, encerrando a edição, na nova seção de comentário de jurisprudência, duas decisões foram analisadas. A primeira, internacional, oriunda do *Tribunal de Justiça Eruopeu*, que tangencia o tema do direito de acesso à informação ambiental, realizada pela Profa. Dra. Luciane Klein Vieira, da UNISINOS/RS, e pela Bacharel em Direito pela UNISINOS/RS, Victória Maria Frainer. E a segunda, nacional, oriunda do *Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul*, que debate a cultura do estupro e a culpabilização da vítima de violência sexual, realizada pela mestrandia em sociologia pela UFGRS, Vanessa Ramos da Silva.

Com isso, desejo uma boa e proveitosa leitura a todos!

Uberlândia/MG, dezembro de 2019.

Tatiana Cardoso Squeff

Editora-chefe da Revista

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFU

Professora Adjunta de Direito Internacional da Faculdade de Direito 'Jacy de Assis'

Doutora em Direito Internacional (UFRGS) e Mestre em Direito (UNISINOS)

Referências

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **Pessoa Humana e Direitos Humanos na Constituição Brasileira de 1988 a partir da perspectiva pós-colonial**. Tese (Doutorado em Direito). 267f. Universidade Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

GALEANO, Eduardo. Confundimos la grandeza con lo grandote: Entrevista de Ima Sachis. **La Vanguardia**. Barcelona, 25 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/lacontra/20120525/54299733087/eduardo-galeano-confundimos-la-grandeza-con-lo-grandote.html>>. Acesso em 12 mar. 2018.

MIGNOLO, Walter D. La Opción De-colonial: desprendimiento y apertura – um manifesto y um caso. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 8, pp. 243-281, jan./jun. 2008.

SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardoso; GOMES, Joséli. F. Corte Interamericana para Americanos: a decolonização dos direitos humanos e os perigos do uso da fertilização cruzada entre as cortes europeia e americana. *In*: BIACCHI, Eduardo; SQUEFF, Tatiana; BRANDÃO, Clarissa. (Org.). **Direitos Humanos, Feminismo e Decolonização na América Latina**. Rio de Janeiro: Agora 21/Multifoco, 2017, pp. 367-426.